

Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR - Dois Vizinhos

The student assistance programs of higher education in Brazil: the experience of UTFPR - Dois Vizinhos

Juliana Palavezzini *

Francis Mary Mary Guimarães Nogueira **

Resumo:

Este artigo resulta da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e objetiva analisar a contribuição das políticas de assistência estudantil, como forma de proporcionar condições de acesso, permanência e conclusão de curso, tendo por base a experiência da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus de Dois Vizinhos. Nas últimas décadas, o governo federal tem apresentado propostas de expansão do ensino superior, bem como políticas de assistência estudantil. O estudo pretende mostrar como se constituiu o Estado Burguês e como a ideologia burguesa influencia as ações do Estado, sustentando as proposições das políticas sociais, particularmente as educacionais. Objetiva-se, ainda, compreender a configuração atual da política de educação superior brasileira, focando nos atuais contornos normativos da assistência estudantil. Para finalizar, busca-se analisar a experiência da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus de Dois Vizinhos, traçando assim algumas considerações sobre a temática. A partir da pesquisa quantitativa realizada com os dados do Sistema Acadêmico da UTFPR-DV, dos documentos e normativas da instituição (editais, regulamentos, relatórios etc.), observa-se que os principais resultados e conclusões sinalizam que os programas de assistência estudantil têm sido fundamentais para a permanência dos alunos com dificuldades socioeconômicas no ensino superior.

Palavras-chave: Estado; Políticas sociais; Políticas educacionais; Assistência estudantil.

Abstract:

This article results from the research developed at the Masters Course in Education at State University of West Paraná (UNIOESTE) aim to analyze the contribution of the student political assistance as proportion the access conditions, stability and graduation, having as basis the information from Federal Technological University of Paraná – Dois Vizinhos. Brazil has got disproportional numbers in terms of access

* Assistente Social do Departamento de Educação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR-DV. Assistente Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Especialização em Planejamento Educacional de Docência no Ensino Superior pela Escola Superior Aberta do Brasil. Mestre pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: julianapalavezzini@gmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora da Graduação em Pedagogia e do Mestrado em Educação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Pesquisa, nos últimos anos, as Missões Educativas da República Bolivariana da Venezuela. E-mail: guimanog@terra.com.br

and persistence on the educational system, especially in the graduation. In the last decades, federal government, proposals of higher education spreading, as well as students assistance. The discussion intend to present how the Bourgeois State has established itself and how the ideology of the bourgeoisie affect the government actions, sustaining the propositions of the social politicians, particularly when it comes to education. Also, the objective is to understand the actual political configuration of higher education, concentrating on the actual normative aspects of the student assistance programs. After all, to examine the experience of Federal Technological University of Paraná – Dois Vizinhos and trace some considerations about the topic. From the quantitative search with the Academic System UTFPR-DV data, documents and regulations of the institution (public notices, regulations, reports, etc.) it has been observed that the main results and conclusions indicate students assistance programs have been essential to the retention of students with socioeconomic difficulties in higher education.

Keywords: State. Social political; Educational political; Higher education; Student assistance.

Introdução

Este artigo apresenta o resultado da pesquisa realizada junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, nível de mestrado, área de concentração em Sociedade, Estado e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. A pesquisa, intitulada *Os programas de assistência estudantil do ensino superior no Brasil: a experiência da UTFPR-Dois Vizinhos*, objetivou analisar a contribuição das políticas de assistência estudantil, como forma de proporcionar condições de acesso, permanência e conclusão de curso, tendo por base a experiência da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *campus* de Dois Vizinhos. Para tanto, fez-se um percurso de investigação sobre a concepção, as funções e a configuração do Estado, bem como a funcionalidade das políticas sociais e educacionais para o Estado de classe, com enfoque na política educacional, limitando-se a um recorte relativo à assistência estudantil.

As políticas educacionais de forma imediata e mediata expressam o contexto em que foram gestadas e formuladas, isto é, expressam as políticas do Estado. Nos últimos anos, muito se tem falado sobre a democratização do ensino superior, especialmente para a população de baixa renda. As perspectivas de democratização da educação superior no Brasil implicam, no momento, entre outros fatores, a consolidação da expansão postulada no polo público da educação superior. A necessidade de expansão desse nível de ensino é notória, tendo em vista que apenas 24,3% dos jovens brasileiros

com idade entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior (BRASIL, 2008, p. 3). A década de 1990 foi fortemente marcada pela expansão do ensino superior privado em detrimento do público. Lamonier (*apud* MEYKNECHT, 2013, p. 50) afirma que “Para os padrões internacionais, não há dúvida de que os indicadores educacionais do País continuam muito ruins. [...] Para cada 100 brasileiros na faixa de 20 a 24 anos, apenas 12 estão na universidade, contra 20 no Chile, 30 no Uruguai e 40 na Argentina”. Tais dados demonstram que a educação brasileira tem uma história elitista e antipopular, que se consolidou pela cultura oligárquica e posteriormente burguesa. Nesse contexto, surgem como uma resposta parcial às políticas afirmativas de assistência estudantil, que têm o objetivo de promover maior inserção da população nos diferentes espaços educacionais, especialmente no ensino superior, minimizando o fosso social e oferecendo oportunidades a grupos menos favorecidos. É importante, pois, destacar que o ingresso no ensino superior não implica necessariamente a sua conclusão. O acesso e a permanência estão fortemente condicionados às características sociais e econômicas da população usuária.

Nas últimas décadas, o governo federal tem apresentado, por meio de diversos contornos normativos (PNE, REUNI e PNAES), o processo de ampliação das políticas de expansão e inclusão. As propostas apresentadas no Plano Nacional de Educação (PNE-2001/2010) foram incorporadas pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Tal programa foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, e define como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias à ampliação do acesso e da permanência na educação superior. Como parte desse programa de reestruturação, o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, pretende auxiliar na concretização das metas cobradas pelo REUNI, determinando ações nas áreas de permanência, desempenho acadêmico, cultura, lazer, esportes e assuntos da juventude. Conforme preconiza o PNAES, um dos principais objetivos dos programas de assistência estudantil é possibilitar a permanência e a melhoria do desempenho acadêmico dos beneficiários, transpondo principalmente os obstáculos de ordem socioeconômica. Organizadas dessa forma, as ações do governo que

visam à expansão do ensino superior e definem a política de assistência estudantil configuram o cenário atual da política de educação superior do país.

Nesse sentido, este artigo objetivou analisar a contribuição das políticas de assistência estudantil como forma de prover permanência e conclusão de curso. Para atingir o objetivo geral deste artigo, expressam-se os seguintes objetivos específicos: a compreensão da política educacional como constitutiva da política social, e esta como uma ação deliberada do Estado; examinar o processo de expansão do ensino superior no governo Lula (2003-2010) e descrever o contexto das políticas educacionais e da assistência estudantil para o ensino superior nesse período; finalmente identificar e descrever os programas de assistência estudantil desenvolvidos na UTFPR-DV, apresentando os projetos e as ações que estão em andamento e sua relação com a perspectiva da permanência.

Este artigo está organizado em três momentos. No primeiro se apresenta um conjunto de noções teóricas que visa compreender como se constitui o Estado Burguês e como a ideologia burguesa, decorrente da mundialização do capital e da flexibilidade das formas de produção, influencia as ações do Estado, sustentando as proposições das políticas sociais, particularmente as educacionais. No segundo momento trata-se de compreender a configuração atual da política de educação superior brasileira, focando-se nos atuais contornos normativos da assistência estudantil (PNE, REUNI, PNAES). Por fim, em um terceiro momento, buscamos analisar a experiência da UTFPR-DV e traçar, assim, algumas considerações sobre a temática.

A política social e educacional como ação do Estado brasileiro

O Estado é produto da sociedade de classes desde a sua origem. A divisão social do trabalho e a propriedade privada deram origem à sociedade dividida em classes, que por sua vez legitimou o surgimento desse aparato jurídico-político responsável pela “regulação” da vida social, o Estado, instituído e legitimado pela classe dominante, maneira pela qual se perpetua no poder. O Estado tem sempre uma função precisa a cumprir: “[...] a função de assegurar a coesão da sociedade de classes vigente, mantendo sobre controle o conflito entre as classes sociais antagônicas e impedindo dessa forma que tal conflito deságüe na destruição desse modelo de sociedade” (SAES, 2001, p. 96).

Segundo Saes (1994), a forma como o homem se relaciona constitui-se no espaço social. Disso decorre a necessidade da constituição de uma estrutura política que tenha a função de controlar os movimentos sociais, uma vez que é neles que se explicitam as contradições e os interesses de classes. As mudanças sociais e políticas são sempre resultados da luta de classes, organizadas nos diferentes modos de produção de acordo com seu tempo e sua localização geográfica.

O Estado burguês como estrutura jurídico-política emergiu legitimando o contrato social para o desenvolvimento e consolidação das relações capitalistas, uma vez que assegura a coesão das classes e ameniza os conflitos surgidos desse antagonismo, garantindo a manutenção da sociedade vigente. Este Estado determinado estabelece relações de forças que interferem tanto na viabilização da acumulação e da concentração como na reprodução social das classes subalternas.

Com necessidade de ocultar as reais contradições entre capital e trabalho, transfere-se os problemas de ordem econômica para a ordem social e se consagra todos os problemas sociais como um fenômeno da questão social. Segundo Netto (2002), “questão social” é o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos advindos do surgimento da classe operária no desenvolvimento da sociedade capitalista, que precisava ocultar a exploração econômica que gerava todos os problemas sociais.

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do *pauperismo*. Com efeito a pauperização (neste caso, *absoluta*) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do *capitalismo* em seu estágio industrial-concorrencial e não por acaso engendrou uma copiosa documentação (NETTO, 2002, p. 152-153).

A elaboração e execução das políticas sociais é parte de um processo de correlação de forças entre o Estado e parte da sociedade, expressão da contradição da sociedade civil burguesa. Parafraseando Saviani (2011), consideramos que a necessidade da política social decorre do caráter antissocial da política econômica. O Estado articula e submete as políticas sociais aos interesses e às necessidades das políticas econômicas. Saviani (2011, p. 210) assevera que:

[...] é possível detectar uma constante decorrente da determinação estrutural capitalista: a separação entre a política econômica e política social e a

subordinação desta àquela. Em consequência, do montante de recursos manipulado pelo poder público, a parcela destinada ao setor social tenderá a ser sempre inferior àquelas destinadas aos demais setores.

A compreensão da educação como constituinte da política social é um desafio em concebê-la em interação com o conjunto das políticas sociais e com as características do Estado que as opera. Compreender a política educacional significa ir além de suas especificidades e analisar o projeto social do Estado como um todo. Com as novas configurações do capital, as políticas sociais e, particularmente, a educação passam a ter papel fundamental na formação do trabalhador.

[A educação] adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e à reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma aptidões e comportamentos que lhes são necessários, e a escola é um dos *loci* privilegiados (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 9).

Assim sendo, a definição das metas para a educação se ajusta ao modelo de desenvolvimento do capital. Os princípios educacionais sugerem a formação continuada do trabalhador, a fim de adequá-lo ao mercado de trabalho.

Os anos 1990 foram tempos de mudanças a partir de reformas políticas e educacionais consoante ao projeto de sociedade neoliberal promovido pelo governo brasileiro nos vários níveis e modalidades de ensino. Isso se deu devido ao processo de reestruturação da organização do trabalho capitalista. As interferências de ordem política se intensificam com a introdução de ideias ditadas por agências multinacionais (BM, FMI, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que, na condição de agências financiadoras, acabam por definir diretrizes que servem de base na constituição e transformação das políticas educacionais. “Não é possível compreender o sentido e o significado das atuais reformas sem considerar sua matriz conceitual, formulada no âmbito do Banco Mundial.” (LEHER, 1999, p. 30).

Assim sendo, a política educacional brasileira das últimas décadas, fortemente marcada pelas ideias de cunho neoliberal, influenciada pelas agências multilaterais, vem moldando a educação às exigências de um país considerado emergente e que ocupa um importante papel no sistema de internacionalização do capital e do capitalismo. Como outros exemplos históricos a educação escolar tem sido requisitada como um

instrumento de difusão da cultura dominante. O sistema requisita um trabalhador qualificado conforme as configurações e necessidades impostas pelo capital e que garanta as condições necessárias à sustentação e à concretização das constantes alterações realizadas na base econômica da sociedade.

Conforme Sguissardi (2008) e Saviani (2010), a partir da década de 1990, vivenciamos um verdadeiro desmonte da universidade pública brasileira. Os investimentos do Estado no campo da educação superior pública se tornaram cada vez menores e, como consequência, tivemos a expansão da educação superior via rede privada, o aprofundamento da mercantilização deste setor e a formação cada vez mais voltada para o mercado de trabalho (transformada em treinamento), esvaziando-se o sentido da formação voltada para os conhecimentos elaborados e sistematizados pela história da humanidade, também garantiria a reprodução da vida material no mercado de trabalho. Nunca na história foram abertas tantas universidades particulares. Saviani (2010, p. 13) aponta que:

Em consequência dessa mudança freou-se o processo de expansão das universidades públicas, especialmente as federais, estimulando-se a expansão de instituições privadas com e sem fins lucrativos e, em menor medida, das instituições estaduais. Essa foi a política adotada nos oito anos do governo FHC, o que se evidenciou na proposta formulada pelo MEC para o Plano Nacional de Educação apresentada em 1997.

Cabe ressaltar que a expansão, via de regra, não pode ser confundida com democratização. A expansão pode acontecer via privatização. Contudo, a classe trabalhadora luta para que a expansão seja postulada no polo público da educação, o que implica a definição de recursos do Estado para a manutenção desse nível de ensino.

O presente trabalho centra-se no governo Lula, pois este foi o responsável pela implementação do projeto de expansão do ensino superior público, bem como pela política de assistência estudantil. Diversos autores têm realizado análises do governo Lula, a partir da avaliação de rupturas e/ou continuidades em relação ao governo que o antecedeu (e suas políticas neoliberais). Grande parte dos estudos afirma que há muito mais continuidades do que rupturas. Outros estudos, como o de Fagnani (2011), afirmam que o primeiro mandato (2003-2005) foi marcado, em grande medida, por continuidades à política de FHC, enquanto o segundo (2006-2010), por ensaios desenvolvimentistas,

com uma articulação mais positiva entre as políticas econômicas e sociais. Dantas e Sousa Júnior (2009, p. 1) apontam que:

Embora haja concordância que existam indicadores de continuidade de políticas, em aspectos importantes da política econômica, diversos outros elementos apontam para mudança quanto ao papel do Estado no provimento da educação superior. É necessário, portanto, uma análise crítica da atual política para o setor que vá além da visão meramente ideológica, vertente importante da construção do conhecimento e da ação política, porém insuficiente para dar conta da apreensão do concreto em sua totalidade.

O governo Lula, como afirma Nogueira (2003), operou envolto em um paradoxo: ao mesmo tempo que necessitava ganhar legitimidade e responder às demandas crescentes trazidas pela sociedade desigual que se tinha, viu-se envolto nas limitações decorrentes do papel redimensionado do Estado no contexto da globalização. Ao analisar o governo Lula, Dantas e Sousa Júnior (2009, p. 3) apresentam dados da política adotada:

A economia brasileira voltou a crescer, desde 2004, em um ritmo mais intenso, numa taxa média acima de 4,5 %. A retomada do crescimento juntamente com a ampliação das políticas sociais e os reajustes do salário mínimo provocaram melhoria nas condições gerais de vida da população. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio do IBGE 2006, a renda dos 50% mais pobres cresceu em 12% e a dos 10% mais ricos em 7,8%, o que significa uma melhora da participação dos mais pobres na renda nacional. Ademais, os espaços econômicos abertos pela nova política externa, as políticas de inclusão social como o Fome Zero e o Bolsa-família, as ações de financiamento de órgãos e bancos públicos, o crédito à agricultura familiar e a expansão do crédito consignado introduzem novas dinâmicas econômicas de expansão, inclusão social e distribuição de renda, ao contrário dos da política do governo anterior.

No que se refere à política de educação, especialmente a educação superior, algumas das análises feitas por teóricos atuais¹ também apontam que o governo Lula foi caracterizado/balizado por continuidades e rupturas em relação às políticas neoliberais da década de 1990, devido especialmente aos acordos firmados com as agências internacionais. Apresentaremos a seguir algumas considerações acerca da política de educação superior proposta e implementada pelo governo Lula.

¹ Leher (2005), Sguissardi (2006, 2008), Trópia (2007), Saviani (2010), entre outros.

A política educacional do governo Lula a expansão do ensino superior e os programas de assistência estudantil

Nos últimos anos (2003 a 2010), o governo federal tem apresentado propostas para a regulamentação e efetivação da política de educação superior e especialmente a assistência estudantil, com vistas, além do acesso, à permanência de estudantes oriundos da classe trabalhadora.

Entre as políticas educacionais propostas pelo governo Lula, destacamos algumas, implantadas no primeiro mandato: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); o Programa Universidade para Todos (PROUNI); a Lei de Inovação Tecnológica; as Parcerias Público-Privadas; A Educação a Distância (EAD); e finalmente a Lei de Cotas. No segundo mandato, o governo Lula intensificou o processo de mudanças no ensino superior, com a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída pelo Decreto nº 5.800, de junho de 2006; a publicação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007; a criação dos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), instituído por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007; a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que consolida a assistência estudantil como política pública (em 19 de julho de 2010, o Decreto nº 7.234 passou a regulamentar o PNAES) e finalmente o Sistema de Seleção Unificada (SISU), regulamentado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, que prevê a informatização do sistema de seleção e que as IES selecionem os novos estudantes exclusivamente pela nota obtida no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Foge aos propósitos deste trabalho a análise detalhada de cada proposta, contudo elencamos aqui e destacamos a importância do conhecimento e ponderação acerca destas.

Apresentado pelo presidente FHC (Fernando Henrique Cardoso), o PNE 2001/2010 foi regulamentado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Tal proposta apresentou um conjunto de políticas educacionais para os diversos níveis de ensino, entre eles o ensino superior. O plano tem por objetivos a melhoria na qualidade de ensino e a redução da desigualdade social no que se refere ao acesso e à permanência na escola. O PNE acena, desde a década passada (2001-2010), para a necessidade de políticas de assistência estudantil que propiciem a igualdade de oportunidades ao estudante que

apresenta condições socioeconômicas desfavoráveis. Essa medida está diretamente associada à inclusão e democratização do acesso e da permanência, consagrada pela promessa liberal, da igualdade de oportunidades, dos séculos XVIII e XIX. Em seu item 4.3.1, o PNE propõe a expansão do ensino superior: “4.3. Objetivos e Metas: 1. Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” (BRASIL, 2001). Em seu item 4.4. Financiamento e gestão da educação superior, subitem 34, o documento determina: “Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsas de trabalho ou outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001).

No entanto, em um exame mais cuidadoso do texto do PNE, configura-se como mais uma “carta de intenções”. Como as experiências históricas nos ensinam, todas as leis endereçadas aos trabalhadores, resultado de pressão social, para que se efetive sua concretização há uma nova etapa de pressão, frente às instituições do Estado. O caráter prescrito de como deveria ser a educação superior, acaba sendo central, no entanto não se delineia estratégias para alcançar os objetivos estabelecidos, sem delegar responsabilidades para alcançar as metas propostas e, principalmente, sem previsão/definição de recursos orçamentários. Foi neste cenário e com essas bases legais que sustentou a atual política de educação superior do PNE, efetivado por meio de políticas como REUNI e PNAES.

O governo federal, já no governo Lula, instituiu o REUNI e definiu como um dos seus objetivos: “dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior” (BRASIL, 2007a). O REUNI objetiva a reestruturação acadêmica e o aumento do número de vagas do ensino superior público federal, possuindo duas metas globais: a Relação Aluno-Professor (RAP), com previsão de dezoito alunos para cada professor, e a elevação gradual da Taxa de Conclusão da Graduação (TCG) para 90%. Ainda no que se refere aos objetivos principais do programa, destacamos:

- Ampliar o acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação;
- Melhorar o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007a).

O REUNI foi instituído visando à expansão do ensino superior, bem como o processo de ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil. No tocante ao número de instituições, em 2003, eram 45 universidades; já em 2011, além destas, foram criadas mais 14 e estavam previstas mais 04. Ou seja, verificamos a expansão das universidades, sendo que entre 2005 e 2011 foram criadas 14 novas universidades federais. Destas novas instituições, aproximadamente 140 novos *campi* foram criados e, para o ano de 2013/2014, esta prevista a criação de mais 27 *campi* (BRASIL, 2008).

O relatório do primeiro ano do REUNI (BRASIL, 2008) afirma que o programa também possibilitou a expansão e a interiorização das instituições federais de educação superior. Reiterando desde 2003, foram criados 140 novos *campi*, que, em conjunto com os 151 já existentes, representam a presença das universidades federais em 235 municípios brasileiros. Nesse sentido, no que se refere ao governo Lula, concordamos com Dantas e Sousa Júnior (2009, p. 15): “manifesta uma inegável tendência de crescimento e expansão com maior aporte de recursos públicos”.

No que tange a assistência estudantil, essa vem acompanhando a trajetória histórica e sociopolítica do país. Trata-se de uma política que foi temática da história da educação passada, e ao mesmo tempo atual, pois a assistência estudantil no Brasil somente começa a dar os primeiros passos na direção de sua efetivação na primeira década do século XXI. Ela expressa, em grande medida, as características particulares do contexto social, político e econômico num determinado momento histórico do país.

A trajetória da assistência estudantil foi marcada fortemente por avanços e retrocessos, historicamente, nota-se a existência de legislações que tangenciam a assistência estudantil (constituições, decretos, portarias), contudo, nota-se também a ausência de mecanismos de efetivação dos textos e prescrições no aspecto legal e pela carência de recursos, tanto financeiros quanto técnicos, para a implementação dos direitos garantidos nos textos constitucionais e nas normativas regulamentadoras. A preocupação com as necessidades emergenciais, como moradia e alimentação, por décadas, não evoluiu no sentido da construção de uma política de assistência estudantil (legalmente estabelecida, com recursos devidamente garantidos e com plano de aplicação).

Atualmente, a política nacional de assistência estudantil encontra-se em desenvolvimento, tanto no que se refere à existência de contornos normativos quanto a mecanismos de efetivação política (estabelecimento de rubrica própria para a assistência estudantil). A característica fundamental que a diferencia das outras fases é a existência do PNAES, instituído por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e regulamentado em 19 de julho de 2010, por meio do Decreto nº 7.234. A execução financeira desse plano foi iniciada em 2008. Segundo dados do Portal do MEC (BRASIL, 2013), em 2008 o investimento financeiro foi de R\$150.000.000,00 e em 2012 o valor chegou a R\$503.843.628,26. Esses dados demonstram que os recursos destinados à assistência estudantil aumentaram significativamente.

O PNAES pretende auxiliar na concretização das metas estabelecidas pelo REUNI, determinando ações nas áreas de permanência, desempenho acadêmico, cultura, lazer, esportes e assuntos da juventude. Nesse sentido, apesar de na prescrição legal constar como “programa nacional de assistência estudantil”, entendemos que se trata de uma ação deliberada do Estado, no sentido de regulamentar (objetivos, ações, público-alvo, orçamento etc.) a assistência estudantil para o ensino superior no Brasil. Portanto, compreendemos que o PNAES hoje expressa a política nacional de assistência estudantil.

Cabe ressaltar que as universidades possuem papel fundamental na execução da assistência estudantil, pois o artigo 3º, § 2º, do PNAES, estabelece que: “cabera à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (BRASIL, 2010).

Tendo em vista o tempo de existência (regulamentação), seria prematuro tirar conclusões categóricas a respeito do PNAES. O que se constata é que, desde as primeiras instituições de ensino superior do país, almeja-se uma política que proporcione condições de permanência para alunos oriundos da classe trabalhadora. No entanto, nesse momento que a política foi implantada, as críticas e as contribuições cotidianas dos assistentes sociais podem concentrar-se na sua constante avaliação e adequação às demandas existentes, a fim de que essa política não atenda somente aos objetivos expressos nos textos legais, mas, sobretudo, atenda de fato à demanda do público-alvo e se firme como uma política pública efetiva.

Os programas de assistência estudantil: a experiência da UTFPR-DV

Não é possível descrever mais de 100 anos de história em um breve estudo como este. Contudo, cabe assinalar que a UTFPR nasceu como Escola de Aprendizes e Artífices e foi modificando-se à luz das normativas e dos decretos, chegando a Centro Federal de Educação (o conhecido CEFET) até transformar-se na primeira Universidade Tecnológica Federal do país. Em 2003, a Escola Agrotécnica Federal de Dois Vizinhos passou a integrar o Sistema CEFET-PR. No ano de 2005, a transformação do Sistema CEFET-PR em UTFPR refletiu em toda a estrutura organizativa da instituição, possibilitando que, no início de 2007, o *campus* de Dois Vizinhos da UTFPR passasse a ter autonomia administrativa.

Atualmente, o DEPED (Departamento de Educação), vinculado à Diretoria de Graduação e Educação Profissional (DIRGRAD), é o departamento responsável pela execução da política de assistência estudantil na instituição. No sistema UTFPR, ao longo dos últimos anos, a assistência estudantil foi definida basicamente pelo Programa de Bolsa Permanência² (mantido pela verba do PNAES). Segundo consta no seu regulamento, os critérios para a inscrição no programa são assim estabelecidos:

Art.6º – Para inscrever-se no Programa de Bolsa-Permanência, o estudante deverá atender os seguintes requisitos:

- I. possuir renda familiar per capita não excedente a 1,5 (um e meio) salários mínimos;
- II. estar matriculado em curso presencial regular da UTFPR;
- III. não estar cursando apenas Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Atividade Complementar; e
- IV. apresentar a documentação definida no Edital do Programa (UTFPR, 2010).

Além dos documentos constantes nos respectivos editais, o estudante interessado deverá comprovar não ter sido reprovado ou ter cancelamento, no último semestre cursado, em mais de 30% das disciplinas, exceto para o inscrito pela primeira vez no programa. Além disso, o aluno matriculado em até 3 (três) disciplinas não poderá ter reprovação ou cancelamento e não deverá ter sofrido sanção disciplinar no semestre anterior.

² O Programa de Bolsa Permanência ao Estudante da UTFPR é um auxílio financeiro, em forma de bolsa, que tem por finalidade apoiar o discente para a sua permanência na instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica. Em atenção ao Ofício Circular nº 09/2013, GAB/SESu/MEC, o Programa de Bolsa Permanência ao Estudante, mantido pela verba PNAES na UTFPR, teve sua denominação alterada para Auxílio Estudantil.

A partir de 2012, as modalidades de auxílio estudantil da UTFPR dependem das particularidades³ de cada *campus*. No *campus* de Dois Vizinhos, atualmente o programa de Auxílio Estudantil apresenta as seguintes modalidades: **Auxílio-Alimentação:** concedido na forma de crédito para refeição no almoço e/ou jantar no RU do *campus*; **Auxílio Básico:** concedido na forma de recurso financeiro, no montante de R\$200,00 (duzentos reais), depositados em conta bancária, exclusivamente em nome do estudante; **Auxílio-Moradia:** visa a contribuir com as despesas decorrentes da habitação do estudante, quando este necessita morar fora do seu domicílio familiar para estudar, sendo concedido na forma de recurso financeiro, no montante de R\$230,00 (duzentos e trinta reais), depositados em conta bancária, exclusivamente em nome do estudante; **Auxílio-Instalação:** concedido na forma de recurso financeiro, no montante de R\$400,00 (quatrocentos reais), visa a contribuir com as despesas relacionadas à instalação do estudante no município onde esta situado o *campus* da UTFPR no qual o estudante esta matriculado. Esse auxílio é concedido, em única parcela, exclusivamente ao estudante ingressante no *campus* que não tenha anteriormente recebido tal benefício. Os estudantes podem ser contemplados com diferentes modalidades de auxílio, conforme solicitação na inscrição e de acordo com a avaliação/parecer do assistente social e a disponibilidade de recursos para cada modalidade.

Para análise da Política de Assistência Estudantil da referida instituição, utilizamos os dados do Sistema Acadêmico⁴ focando em quatro quesitos centrais: *permanência, evasão, retenção e índice de aproveitamento*. A escolha desses quesitos esta relacionada diretamente às metas e aos objetivos do REUNI. Para a coleta de dados, optamos pelos anos de 2009 (ano de adesão ao REUNI), 2010 e 2011 (nos dois semestres de cada ano). Como exposto acima, a partir de 2012 a forma de distribuição da renda do programa passou a ter outra configuração no sistema UTFPR (separada por benefícios: Auxílio-Alimentação, Auxílio-Básico, Auxílio-Moradia e Auxílio-Instalação). Portanto, realizaremos

³ Nem todos os *campi* têm RU. Nos *campi* onde há restaurante, além de o valor da refeição ser subsidiado pela reitoria, é também oferecida a isenção da taxa de alimentação a alunos carentes. Nos *campi* onde não há restaurante universitário, o valor do Auxílio-Estudantil é repassado na íntegra em pecúnia aos alunos.

⁴ O Sistema Acadêmico é um *software* responsável pelo gerenciamento da universidade e controle acadêmico. Ele envolve os procedimentos referentes a cursos, disciplinas, horários, calendário acadêmico, diário de classe, notas, dados de matrículas, frequência, conteúdos etc. A gestão desse *software* é realizada pela Diretoria de Gestão de Tecnologia de Informação da UTFPR. O principal objetivo é prover o total controle no que se refere às questões acadêmicas da universidade. Os dados são lançados tanto pela Secretaria Acadêmica quanto pelos professores, e o acesso é disponibilizado a professores, servidores e alunos.

a coleta de dados com foco para o período compreendido entre os anos de 2009 e 2010⁵, em que o programa apresentou a mesma configuração – Bolsa Permanência: distribuição de bolsa paga em pecúnia aos beneficiários.

Os dados foram coletados a partir dos editais com os resultados dos alunos beneficiados, entramos no Sistema Acadêmico de cada aluno e sistematizamos⁶ os dados. Para o levantamento dos dados referentes à *permanência/evasão*, por meio do módulo “acadêmico”, foi realizado o levantamento dos dados de *matrícula e frequência*, a fim de identificar se os beneficiários da assistência estudantil têm permanecido na instituição. Para o levantamento dos dados referentes à *retenção*, realizamos o levantamento dos dados referentes ao *ano de ingresso e o período em que o aluno se encontra*. Para a realização do cálculo de retenção, é observado o seguinte: o aluno que atingir 16 aulas ou mais de carga horária semanal faltante (por período), somando-se à carga semanal das disciplinas obrigatórias mais as optativas, não avança de período. Para o levantamento dos dados referentes ao *índice de aproveitamento*, foi realizado o levantamento dos *coeficientes de rendimento escolar*⁷. O valor máximo do coeficiente pode chegar a 1 (um). Para facilitar o processo de análise os dados de coeficiente acadêmico, foram divididos em: até 0,4; de 0,5 até 0,7; igual e maior que 0,8. Os coeficientes acadêmicos abaixo de 0,4 são geralmente representados pelas médias insuficientes para aprovação. Os índices entre 0,5 e 0,7 são representados pelas médias suficientes para aprovação. Os índices iguais ou acima de 0,8 representam as médias consideradas altas, identificando alunos com alto índice de aproveitamento.

No ano de 2009, o total de bolsas ofertadas somando-se o 1º e 2º semestres foi de 103 (45 bolsas no primeiro e 58 bolsas no segundo semestre). Contudo⁸, o número de beneficiados/bolsistas considerado para a pesquisa foi de 17 alunos no primeiro e 29 alunos no segundo semestre.

⁵ Na pesquisa original, a dissertação de mestrado, os dados coletados referem-se aos anos de 2009, 2010 e 2011. Para este artigo, apresentaremos apenas os dados de 2009 e 2010.

⁶ Na pesquisa original, a dissertação de mestrado, os dados foram sistematizados em forma de gráficos; para este artigo, tendo em vista a limitação de espaço, os dados serão apenas descritos.

⁷ Na UTFPR, o cálculo do coeficiente de rendimento é obtido por meio da seguinte fórmula:
$$CR = \frac{\sum (NF \cdot CH)}{10 \cdot \sum CH}$$
, onde: CR = Coeficiente de Rendimento; NF= Nota final na disciplina/unidade curricular, expressa de 0,0 a 10,0; e CH = Carga Horária total da disciplina/unidade curricular.

⁸ Até 2011, a UTFPR-DV ofertava o curso Técnico em Agropecuária (no modelo pós-médio/subsequente). Como este estudo está direcionado ao ensino superior, excluimos da análise os alunos beneficiados que frequentavam o curso técnico (28 alunos no primeiro e 29 alunos no segundo semestre).

Na observação dos dados referentes à **permanência/evasão**, o levantamento demonstra que, dos 17 alunos beneficiados pela assistência estudantil no primeiro semestre de 2009, 16 formaram-se, ou seja, permaneceram na instituição até a conclusão do curso. Desse modo, entendemos que os objetivos do programa foram alcançados. Também atingindo os objetivos do programa, 1 aluno permaneceu regularmente matriculado na instituição, não ocorrendo evasão. Em relação ao segundo semestre de 2009, o levantamento demonstra que, dos 29 alunos beneficiados, 13 formaram-se, atingindo os objetivos do programa. Outros 15 alunos permaneceram regularmente matriculados e 01 trancou a matrícula. Desse modo, apenas 1 aluno não alcançou os objetivos do programa.

No ano de 2010, o total de alunos contemplados foi de 94 (33 alunos no primeiro e 61 alunos no segundo semestre). Excluindo os alunos do curso técnico, consideramos para a pesquisa o total de 12 alunos no primeiro e 38 alunos no segundo semestre. O levantamento mostra que, no primeiro semestre de 2010, dos 12 alunos beneficiados, 05 formaram-se e 07 permaneceram regularmente matriculados. Todos os beneficiários estão atingindo os objetivos do programa. No segundo semestre de 2010, dos 38 alunos beneficiados, 07 formaram-se, 19 permaneceram regularmente matriculados, 1 aluno esta afastado para estudo no exterior, 01 transferiu-se para outra universidade, 04 trancaram a matrícula e 06 são desistentes. Dessa forma, do total de alunos beneficiados (38), destacamos 04 trancamentos e 06 desistências, perfazendo um total de 26,31% de alunos que não atingiram os objetivos do programa.

A análise dos dados referentes ao **índice de retenção** esta diretamente associada ao tempo que o acadêmico leva para concluir o curso. Se o aluno reprova em uma ou mais disciplinas (e tem que cursá-las novamente) e/ou se, por razões diversas, matricula-se em menos disciplinas do que as ofertadas para as fases conforme a grade curricular de cada curso, tudo indica que ele levará um tempo superior ao normal para se formar, permanecendo por mais tempo na universidade. Desse modo, ele utiliza recursos financeiros do Estado que poderiam ser utilizados com novos alunos. Assim sendo, a “retenção” apresenta-se como um obstáculo para atingir os objetivos tanto do REUNI quanto do PNAES, especialmente os referentes à taxa de conclusão de curso e ao

aproveitamento de vagas. Os dados abaixo mostram o retrato da “retenção”, no caso dos alunos beneficiados com o programa de assistência estudantil na UTFPR-DV.

No primeiro semestre de 2009, dos 17 alunos beneficiados, 16 formaram-se no tempo previsto e, portanto, atingiram os objetivos do programa. Representando 5,88% do total de alunos, 1 aluno permaneceu retido. No segundo semestre de 2009, dos 29 alunos beneficiados pelo programa, 13 se formaram, 1 trancou matrícula, 08 permaneceram regularmente matriculados (dos regularmente matriculados, 7 estão retidos, perfazendo um total de 24,13% do total de beneficiados).

Em 2010, no primeiro semestre, dos 12 alunos beneficiados, 5 formaram-se, 7 permaneceram regularmente matriculados e, nos períodos correspondentes à grade ofertada, nenhum aluno ficou retido. No segundo semestre de 2010, dos 38 alunos beneficiados, 7 formaram-se e 19 permaneceram regularmente matriculados. Dos 19 alunos que permaneceram regularmente matriculados, 15 estão nos períodos correspondentes à grade ofertada e 4 estão retidos, perfazendo um total de 10,52% do total de beneficiados.

Finalmente, a observação do **índice de aproveitamento** esta diretamente ligada ao rendimento acadêmico. O índice de aproveitamento é nesta pesquisa aferido pelo coeficiente de rendimento acadêmico⁹. O índice de aproveitamento acadêmico esta diretamente vinculado à questão da avaliação. A discussão sobre avaliação é polêmica e ampla. Para os limites deste trabalho, interessa-nos identificar se o índice de aproveitamento acadêmico dos alunos bolsistas tem sido suficiente para atender aos objetivos do programa de assistência estudantil, especialmente no que se refere à média necessária para avançar de período/semestre, diminuindo as retenções e aumentando as chances de conclusão dos cursos no período previsto.

No primeiro semestre de 2009, dos 17 alunos beneficiados, nenhum obteve média até 0,4, sendo que 16 alunos tiveram índice entre 0,5 e 0,7 e 1 aluno obteve índice igual ou acima de 0,8. No segundo semestre, dos 29 alunos beneficiados, 2 alunos obtiveram índices até 0,4, 25 obtiveram índices entre 0,5 e 0,7 e 2 obtiveram índice igual ou superior a 0,8.

⁹ De maneira bastante simplificada, poderíamos dizer que é a média geral do aluno, considerando as notas finais das disciplinas e a carga horária total do curso.

O levantamento mostra que, no primeiro semestre de 2010, dos 12 alunos beneficiados, nenhum obteve média até 0,4, 11 alunos obtiveram índices entre 0,5 e 0,7 e 1 aluno obteve índice igual ou acima de 0,8. No segundo semestre de 2010, dos 38 alunos, 4 obtiveram índice até 0,4, 28 alunos obtiveram índices entre 0,5 e 0,7 e 6 alunos obtiveram índice igual ou acima de 0,8.

Constata-se que tanto os casos de evasão (seja desistência ou trancamento) quanto os casos de retenção e baixos índices de aproveitamento podem ser motivados por razões diversas. Mas as principais consequências para a universidade são a ociosidade de vagas e o investimento de recursos públicos em um aluno que não completou a sua formação (pelo menos não no tempo devido, visto que o aluno que trancou matrícula pode retomar seus estudos). O número de vagas ociosas traduz a diferença entre a quantidade de vagas ofertadas e o número efetivo de ingressantes/permanentes em cada ano. Na rede federal de ensino superior, os índices de vagas ociosas (não preenchimento das vagas oferecidas) são menores se comparados às instituições particulares. Mas, em relação às vagas ociosas no setor público, é preciso reforçar que elas são financiadas com dinheiro público.

A compreensão dos indicadores de aproveitamento acadêmico (aprovação e reprovação, conforme média obtida pelas avaliações) é importante porque eles se relacionam diretamente a outros dois conceitos – a retenção e a evasão. O rendimento acadêmico é apontado como um dos possíveis determinantes da evasão. Durante a trajetória de escolarização, pressupõe-se que os acadêmicos desenvolvam capacidades intelectuais, habilidades e competências específicas de cada profissão. O rendimento acadêmico é mensurado pelas diversas formas e possibilidades de avaliação (tema bastante amplo e complexo), o que pode em alguns casos não mostrar um retrato fiel da realidade do aprendizado dos alunos. Contudo, a avaliação hoje está presente na estrutura hierárquica das universidades, e os alunos podem ser aprovados ou reprovados, de acordo com os objetivos de aprendizagem, sendo necessário alcançar uma média mínima para aprovação. No que se refere aos índices de aproveitamento, verificou-se que a maioria expressiva dos alunos beneficiados apresenta rendimento satisfatório, acima da média mínima necessária para aprovação.

Mesmo nos semestres em que verificamos que nem todos os alunos alcançaram os objetivos do programa, o número dos alunos que alcançaram é expressivamente maior. Portanto, os dados obtidos, por meio dos indicadores de permanência/evasão, retenção ou índices de rendimento, mostram que, no caso da UTFPR-DV, os objetivos da assistência estudantil têm demonstrado inquestionável êxito. Apresentam-se, entretanto, alguns dados que merecem atenção, a exemplo daqueles relativos à retenção.

Considerações finais

A atualidade da temática confirma a extrema importância da assistência estudantil para a democratização do ensino superior, mas evidencia, também, um grande desafio, uma vez que suas bases legais foram recentemente implementadas. Finalizamos este trabalho retomando a compreensão de que a educação superior não está isolada das demais políticas educacionais e sociais. Entendemos que a política educacional, para ser compreendida, exige a análise do Estado capitalista, de suas mudanças e desdobramentos que influenciam na implementação das políticas sociais, no Brasil.

No que se refere à política educacional brasileira, a partir do governo Lula (2003-2010) foram apresentados, especialmente a partir do segundo mandato, diversas ações, planos, programas, legislações e regulamentos. O cenário que configura a política de educação superior foi normatizado no PNE (2001-2010) e efetivado por meio de políticas como REUNI e PNAES. A democratização do ensino superior requer ações que assegurem o acesso e a permanência. A partir do percurso deste trabalho, entendemos que, no exercício da função social do Estado, o direito à educação (superior) no governo Lula foi, em grande medida, garantido a partir de políticas e percentuais distintos de maior acesso à educação superior pública.

Os dados explicitados anteriormente demonstram que os programas de assistência estudantil têm apresentado sucesso em relação a atingir os seus objetivos. Tão importante quanto políticas que propiciem o acesso e o aumento no número de vagas é proporcionar condições de permanência.

A observação da experiência da UTFPR-DV e da maneira como tem implementado a assistência estudantil, a partir das modalidades (auxílio básico, moradia, alimentação e

instalação) estão diretamente ligados ao alcance do objetivo final dos programas de assistência estudantil de todas as IES, qual seja, proporcionar condições para que os alunos não só acessem mas permaneçam e concluam sua formação no tempo acadêmico regular. A observação dos quesitos de: permanência, evasão, retenção e índice de aproveitamento demonstra como o PNAES tem contribuído. Os dados demonstram que os alunos beneficiados com os programas de assistência estudantil têm permanecido na instituição e são significativos os números de formandos e de alunos regularmente matriculados. Observamos que as porcentagens dos alunos que não alcançaram os objetivos de permanência são significativamente inferiores. Apresentam-se, entretanto, alguns dados que merecem maior atenção, a exemplo daqueles relativos à retenção e ociosidade de vagas e que fogem aos limites deste artigo.

A partir do percurso deste trabalho, entendemos que, no exercício da função social do Estado, o direito à educação (superior) no governo Lula foi, em grande medida, garantido a partir de políticas e percentuais distintos de maior acesso à educação superior pública. Dessa forma, a assistência estudantil vem construindo seu percurso histórico, sendo determinante para a permanência de alunos carentes no ensino superior e contribuindo para a consolidação das políticas públicas do país.

Referências

BRASIL. *Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 01 ago. 2011.

_____. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. 2007a. disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. *Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007*. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2011.

_____. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: relatório do primeiro ano*. 2008. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

_____. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. Ministério da Educação. **Painel MEC**. Ações/PNAES. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2013.

DANTAS, É.; SOUSA JÚNIOR, L. *Na contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior*. 2009. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/32/gt11-5581--int.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2013.

FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003/2010): perspectiva histórica. *Revista Ser Social* (UnB), Brasília, v. 13, p. 41- 80, 2011. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewArticle/5621>. Acesso em: 10 jun. 2013.

LEHER, R. Um novo senhor da educação? A política educacional do banco mundial para a periferia do capitalismo. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/23657956/1112812656/name/LeherUm+novo+senhor+da+educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

_____. Rumos da educação superior brasileira em um contexto de persistência da agenda neoliberal. In: ARAUJO, J. O.; CORREIA, M. V. C. (Org.). *Reforma Universitária: a universidade pública em questão*. Maceió: EDUFAL, 2005. p. 21-35.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. Tradução de Olinto Beckerman. 4. ed. São Paulo: Global, 1987.

MEYKNECHT, Florisbela Maria Guimarães Nogueira. *Contornos normativos das políticas de acesso à educação superior nos governos Lula e Chávez*. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2002.

NOGUEIRA, M. A. A agenda cristalizada, o Estado e o governo Lula. *Serviço Social e Sociedade*, Estado e Regulação Social, n. 76, ano XXIV. São Paulo: Cortez, nov. 2003.

SAES, D. A evolução do Estado no Brasil: uma interpretação marxista. In: _____. *República do capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. O conceito de Estado burguês. In: SAES, D. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas, SP: IFCH, 1994. p. 15-49.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. *Póiesis Pedagógica*, Catalão, GO, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago. /dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/article/view/14035>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. *Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SGUISSARDI, V. Reforma Universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, especial out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a18v2796.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2013.

_____. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. *Política educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TRÓPIA, P. V. A política para o ensino superior do governo Lula: uma análise crítica. *Cadernos da Pedagogia*, São Carlos, ano I, v. 2, ago./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/18>>. Acesso em: 1 abr. 2013.

UTFPR - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. *Regimento dos campi da Universidade Tecnológica Federal do Paraná*. 2009. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/comissoes/regimento_campi_150409.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.

_____. *Regulamento do Programa Bolsa Permanência ao Estudante da UTFPR*. 2010. Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prograd/programas-academicos/bolsa-permanencia/arquivos/regulamento-2010>>. Acesso em: 15 nov. 2013.

Recebido em: 05/11/2014

Aprovado em: 20/12/2014